

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS DE CHAPECÓ- SC
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**A INCLUSÃO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NA
EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA REVISÃO DE LITERATURA**

MARIE ROSENIE MUSCADE ANNACACIS

**CHAPECÓ
2025**

MARIE ROSENIE MUSCADE ANNACACIS

**A INCLUSÃO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NA
EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA REVISÃO DE LITERATURA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de
Pedagogia da Universidade
Federal da Fronteira Sul (UFFS) -
Campus Chapecó, como
requisito para obtenção do título
de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a. Ms. Naiara Letícia Valentini

CHAPECÓ

2025

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

, Marie Rosenie Muscade Annacacis
A INCLUSÃO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NA
EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA REVISÃO DE LITERATURA / Marie
Rosenie Muscade Annacacis . -- 2025.
31 f.

Orientadora: Mestre Naiara Letícia Valentini

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Licenciatura em Pedagogia, Chapecó, SC, 2025.

1. Educação Infantil. 2. Inclusão. 3. Deficiência
Física. 4. Acessibilidade. 5. Práticas Pedagógicas. I.
Valentini, Naiara Letícia, orient. II. Universidade
Federal da Fronteira Sul. III. Título.

MARIE ROSENIE MUSCADE ANNACACIS

**A INCLUSÃO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NA
EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA REVISÃO DE LITERATURA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de
Pedagogia da Universidade
Federal da Fronteira Sul (UFFS) -
Campus Chapecó, como
requisito para obtenção do título
de Licenciada em Pedagogia.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 28/05/2025.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **NAIARA LETICIA VALENTINI**
Data: 14/07/2025 15:31:58-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Ms. Naiara Letícia Valentini – UFFS
Orientadora

Documento assinado digitalmente
 **MANUELA PIRES WEISSBOCK ECKSTEIN**
Data: 14/07/2025 10:33:41-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr.^a Manuela Pires Weissbock Eckstein – UFFS
Avaliadora

Documento assinado digitalmente
 **CLAUDIA FELISBINO SOUZA**
Data: 14/07/2025 15:20:35-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. MS. Claudia Felisbino de Souza – UFFS
Avaliadora

RESUMO

Este trabalho apresenta uma revisão de literatura sobre a inclusão de crianças com deficiência física na Educação Infantil, com o objetivo de identificar os principais desafios, práticas pedagógicas, políticas públicas e contribuições teóricas relacionadas ao tema. A pesquisa foi realizada a partir de publicações disponíveis no Portal de Periódicos da CAPES e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), com recorte temporal entre 2013 e 2023. A análise dos estudos selecionados revelou barreiras físicas, pedagógicas e atitudinais que ainda dificultam a efetivação da inclusão, apesar do arcabouço legal vigente. Evidenciaram-se, também, estratégias exitosas, como o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), o brincar inclusivo e o fortalecimento do vínculo afetivo no ambiente escolar. Conclui-se que, para garantir a inclusão efetiva, é necessário o investimento em formação docente, adaptação dos espaços escolares e fortalecimento de práticas colaborativas e políticas educacionais comprometidas com a diversidade e a equidade.

Palavras-chave: Educação Infantil; Inclusão; Deficiência Física; Acessibilidade; Práticas Pedagógicas.

ABSTRACT

This paper presents a literature review on the inclusion of children with physical disabilities in Early Childhood Education, with the aim of identifying the main challenges, pedagogical practices, public policies and theoretical contributions related to the topic. The research was conducted based on publications available on the CAPES Journal Portal and the Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD), with a time frame between 2013 and 2023. The analysis of the selected studies revealed physical, pedagogical and attitudinal barriers that still hinder the implementation of inclusion, despite the current legal framework. Successful strategies were also highlighted, such as the use of Information and Communication Technologies (ICT), inclusive playing and the strengthening of emotional bonds in the school environment. It is concluded that, in order to ensure effective inclusion, it is necessary to invest in teacher training, adapt school spaces and strengthen collaborative practices and educational policies committed to diversity and equity.

Keywords: Early Childhood Education; Inclusion; Physical Disability; Accessibility; Pedagogical Practices.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. EDUCAÇÃO INCLUSIVA E FORMAÇÃO DOCENTE: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA PARA TODOS	10
3. METODOLOGIA.....	12
4. ANÁLISE DOS ESTUDOS E RESULTADOS: AVANÇOS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	13
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	16
REFERÊNCIAS	17
APÊNDICES.....	21
APÊNDICE A: L'INCLUSION DES ENFANTS SOUFFRANT DE HANDICAPS PHYSIQUES DANS L'ÉDUCATION DE LA PETITE ENFANCE: UNE REVUE DE LA LITTÉRATURE.....	21

1. INTRODUÇÃO

A inclusão de crianças com deficiência física na Educação Infantil é um tema de grande relevância no campo educacional, como demonstrado por pesquisas de autores como Alves (2018), Bruno (2018), Mendes (2010), entre outros. As políticas públicas e os avanços legislativos têm buscado assegurar que todas as crianças tenham acesso a uma educação de qualidade. No entanto, a efetivação dessas políticas ainda enfrenta diversos desafios práticos nas escolas.

A Educação Infantil representa a primeira etapa da Educação Básica, abrangendo crianças de zero a cinco anos. É nesse estágio que muitas crianças têm seu primeiro contato com o ambiente escolar, sendo este um espaço que deve não apenas educar, mas também cuidar, complementando o papel da família. Estruturada em salas como berçário e turmas de infantil, esta etapa deveria ser acessível a todas as crianças desde seus primeiros anos escolares.

Kempinski et al. (2015) destacam que a existência de leis, por si só, não garante a inclusão educacional. São necessárias proposições concretas, planejamento adequado, formação profissional específica e constante revisão das práticas pedagógicas. Nesse sentido, torna-se relevante realizar uma pesquisa bibliográfica que permita mapear o que tem sido publicado sobre a inclusão de crianças com deficiência física na Educação Infantil, identificando práticas, políticas, desafios e contribuições na área. O objetivo é construir uma visão abrangente e fundamentada que possa subsidiar a atuação dos profissionais da educação e fomentar novos estudos.

Essa investigação se justifica, sobretudo, pela necessidade de sistematizar o conhecimento existente sobre a inclusão de crianças com deficiência física na Educação Infantil, a fim de facilitar o acesso às publicações, identificar práticas eficazes, apoiar a formação docente e evidenciar lacunas que ainda requerem aprofundamento teórico e empírico. Assim, busca-se contribuir para a melhoria da qualidade da inclusão educacional.

Dentro desse panorama, este estudo tem como objetivo geral localizar, por meio de uma revisão de literatura, publicações que abordem a inclusão de

crianças com deficiência física na Educação Infantil, utilizando como fontes o Portal de Periódicos da CAPES e a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), com recorte temporal entre 2013 e 2023. De forma específica, pretende-se: a) identificar os desafios vivenciados por essas crianças nos espaços da Educação Infantil; b) investigar como os processos inclusivos têm sido abordados nas publicações do período; e c) avaliar os recursos, práticas e observações relatadas por profissionais da educação sobre essa temática.

Essa revisão bibliográfica é orientada pelas seguintes questões norteadoras: Qual é a importância de realizar uma revisão bibliográfica sobre a inclusão de crianças com deficiência física na Educação Infantil e como essa revisão pode contribuir para a compreensão das práticas pedagógicas, políticas públicas e desafios enfrentados? Quais são os principais desafios e barreiras encontrados na prática e como têm sido tratados nos estudos? E, por fim, que estratégias e práticas pedagógicas têm sido destacadas como eficazes para promover a inclusão dessas crianças nas escolas regulares?

Para atingir tais objetivos, este trabalho está organizado em cinco seções principais. Após esta introdução, apresenta-se um capítulo intitulado “Educação inclusiva e formação docente: desafios e possibilidades na construção de uma escola para todos”, que discute os principais conceitos e abordagens relacionadas à deficiência física, à educação inclusiva e ao papel da escola e dos profissionais da educação nesse processo. Em seguida, a seção de metodologia descreve os procedimentos adotados para a realização da revisão bibliográfica, detalhando os critérios de seleção e análise das fontes. A quarta seção contempla a análise e discussão dos resultados, tendo como título “Análise dos estudos e resultados: avanços, desafios e perspectivas para a inclusão de crianças com deficiência física na educação infantil”, na qual são apresentados os principais achados dos estudos selecionados e suas implicações para a prática educacional. Por fim, nas considerações finais, são retomados os objetivos propostos, destacando-se as contribuições do estudo e indicando caminhos possíveis para futuras pesquisas e avanços no campo da inclusão de crianças com deficiência física na Educação Infantil.

2. EDUCAÇÃO INCLUSIVA E FORMAÇÃO DOCENTE: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA PARA TODOS

A inclusão de estudantes com deficiência no ambiente escolar é uma das principais pautas da educação contemporânea, exigindo reflexões profundas sobre acessibilidade, formação docente e respeito à diversidade. Francine Alessandra Gracia Menna e Valdecy Corrêa Júnior (2018) destacam que a educação para todos não se limita ao acesso físico à sala de aula, mas envolve o reconhecimento do outro, a valorização das diferenças e a promoção de ambientes verdadeiramente acolhedores. Nesse contexto, torna-se essencial considerar as diversas formas de poder que permeiam a escola, bem como os desafios enfrentados por professores na construção de práticas pedagógicas inclusivas. A literatura da área, incluindo autores como Gaudiot, Martins e Pernão (2021), Monteiro et al. (2011) e Rahme e Mrech (2014), aponta que a inclusão vai além da adaptação estrutural e requer uma mudança de atitude e formação contínua por parte dos educadores. Assim, nesta seção busca-se refletir sobre a importância da formação docente, da acessibilidade física e pedagógica e do papel da escola como agente transformador na busca por uma sociedade mais justa e inclusiva.

Francine Alessandra Gracia Menna e Valdecy Corrêa Júnior (2018) refletem sobre a temática de uma educação para todos, abordando tanto o contexto educacional quanto os desafios enfrentados na formação de professores diante da diversidade em sala de aula. O trabalho começa com uma breve introdução ao conceito de educação escolar, inserindo o leitor no programa educacional que abrange debates, estilos e ritmos de aprendizagem. Dessa forma, os conceitos de educação para todos, como busca de reconhecimento do outro, dialogam entre diferentes grupos sociais e culturais. Por fim, o artigo discute a perspectiva da educação inclusiva, valorizando os profissionais da educação e respeitando a diversidade humana.

Será que o simples acesso à sala de aula é suficiente para garantir a inclusão? É necessário analisar as diferentes formas de poder presentes no ambiente escolar. Esses ambientes devem considerar aspectos físicos, mentais e emocionais dos alunos em assimilar o conhecimento, considerando tanto o professor quanto o ambiente físico. Para os autores Gaudiot, Martins e Pernão (2021), a dinâmica dentro do espaço escolar pode intensificar os

desafios enfrentados pela inclusão educacional.

A deficiência física não deve ser confundida com deformidades estéticas, que alteram apenas a forma, mas não afetam a funcionalidade das pessoas com deficiências, segundo os autores Monteiro, Oliveira, Rodrigues e Dias (2011). Existem diversas modificações que o corpo pode sofrer, desde aquelas percebidas desde o nascimento até as adquiridas ao longo da vida. As necessidades decorrentes dessas deficiências variam, exigindo diferentes tipos de recursos e adaptações, muitas das quais dependem da adequação do ambiente.

Os alunos com deficiência física enfrentam inúmeros obstáculos em sua vida, de acordo com Araujo e Lima (2011). Portanto, a preocupação das escolas com a acessibilidade é ainda mais importante. Por exemplo, um aluno em cadeira de rodas precisa ter acesso adequado para entrar na escola. Afinal, para que os alunos se interessem pelo conteúdo e busquem o conhecimento, eles precisam se sentir acolhidos e respeitados. Isso é possível quando a instituição de ensino se preocupa com a inclusão.

A aplicação de práticas pedagógicas que favoreçam o desenvolvimento de habilidades, a socialização e o fortalecimento de competências socioemocionais contribui diretamente para a inclusão de alunos com deficiência física, em conformidade com o que determina a legislação vigente. Além disso, a instituição de ensino é responsável por atender os discentes em suas especificidades e incluí-los de forma ativa na sociedade. A escola tem como responsabilidade fundamental promover o respeito mútuo entre os estudantes, fomentando a compreensão de que todos são diferentes e possuem necessidades específicas que devem ser reconhecidas e respeitadas. Deve também colaborar na oferta de uma formação de qualidade, preparando os alunos para a vida adulta e para o exercício de sua cidadania como agentes de transformação social. É igualmente essencial que a instituição assegure o bem-estar físico e mental dos educandos e valorize a diversidade em todas as suas formas, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

As autoras Mônica Rahme e Leny Mrech (2014) discutem pontos importantes sobre as diferenças entre a educação e a formação docente para alunos com deficiência. Desde o século passado, começou-se a orientar o processo de educação escolar, incluindo pessoas com deficiências que

apresentam necessidades educacionais especializadas, como baixa visão, baixa audição, deficiência física e mental, cegueira, surdez, altas habilidades ou condições psicológicas, neurológicas ou psiquiátricas específicas. É importante reconhecer as contribuições históricas de figuras como Jean-Paul Benet (século XVII) e o abade L'Eppe (século XVIII) na educação de pessoas surdas; Valentin Haüy (século XVIII) e Louis Braille (século XIX) na educação de pessoas cegas; e Jean Marc Itard, Edward Seguin e Johann Jakob Guggenbühl (século XIX) na educação de pessoas com deficiência intelectual.

Mazzotta (1996) destaca que as primeiras propostas de escolarização para pessoas com deficiência surgiram na Europa, e posteriormente foram implementadas nos Estados Unidos e no Canadá. No Brasil, o processo começou em 1854, no Rio de Janeiro, com o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos (atual Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES). No final do século XIX e início do século XX, com a emergência da lei de obrigatoriedade escolar, o objetivo passou a ser instruir toda a população.

Segundo as autoras Rahme e Mrech (2008), a formação de docentes enfrenta desafios tanto no início quanto ao longo da carreira, especialmente no contexto da inclusão de alunos com necessidades educacionais especializadas. Após adquirirem experiência profissional, os docentes precisam buscar maior aprofundamento no campo educacional. No contexto da inclusão escolar, os professores desempenham um papel fundamental na construção dos saberes que orientam a implementação cotidiana dessa proposta - inclusão de alunos com deficiência (Rahme; Mrech, 2008). Na sequência, está apresentada a metodologia desenvolvida ao longo da pesquisa.

3. METODOLOGIA

A partir da realização do presente trabalho, foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo a partir do levantamento de publicações acerca da inclusão de crianças com deficiência física na Educação Infantil. Após a sistematização dos dados, foram realizadas leituras de publicações específicas, determinadas após a filtragem desses dados. De acordo com Praia, Cachapuz e Pérez (2002), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em publicações, materiais já publicizados, já construídos, podendo incluir artigos científicos, teses, dissertações, entre

outros.

As bases de levantamento de dados utilizadas foram o Portal de Periódicos da Capes e a Biblioteca Nacional de Teses e Dissertações (BDTD), sendo considerado o recorte temporal de 2013 a 2023.

Primeiramente, foram realizadas buscas a partir da combinação das seguintes palavras-chave: inclusão educacional; deficiência física; Educação Infantil. Na sequência, a partir da listagem dos resultados, foram aplicados os critérios de inclusão e de exclusão. Foram incluídas pesquisas que abordam especificamente a inclusão de crianças com deficiência física na Educação Infantil, as quais foram identificadas a partir da leitura dos títulos, resumos e palavras-chaves, sendo excluídas as pesquisas fora do recorte temporal determinado e que não estivessem relacionadas à temática específica da proposta. Por fim, os dados foram analisados a partir das leituras dos materiais, elaboração de resumos e apontamentos e discussões acerca dos conteúdos encontrados. Desse modo, segue, abaixo, a apresentação dos resultados com análise e discussão.

4. ANÁLISE DOS ESTUDOS E RESULTADOS: AVANÇOS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A análise dos estudos selecionados evidencia a complexidade envolvida na inclusão de crianças com deficiência física na Educação Infantil, revelando desafios que vão desde questões estruturais e formativas até aspectos pedagógicos e institucionais. As seis publicações analisadas oferecem contribuições relevantes e complementares que enriquecem o debate sobre práticas inclusivas no contexto da infância.

O primeiro estudo, intitulado “Inclusão de Crianças com Necessidades Educacionais Especiais: a educação infantil em foco”, de Pupo e Bezerra (2018), trata da inclusão de crianças com necessidades educacionais específicas focando nas políticas e práticas implementadas na educação infantil. O artigo demonstra que, embora haja esforços para promover a inclusão, ainda persistem barreiras significativas relacionadas à formação de professores e à adaptação dos espaços físicos.

O segundo artigo, de Bossi, Colognese e Piccinini (2022), intitulado “A

Relação Educadora-Bebê com Deficiência e o Cuidado Coletivo na Creche”, aprofunda a relação entre educadoras e bebês com deficiência, destacando o papel do cuidado coletivo em ambientes de creche. Os autores argumentam que o vínculo afetivo e a escuta sensível por parte das educadoras são fundamentais para o desenvolvimento e bem-estar das crianças com deficiência, apontando a necessidade de valorização da dimensão relacional no cotidiano escolar.

Por fim, o artigo de Dias et al. (2022), “Política de educação inclusiva em uma escola pública de Teresina (PI): dificuldades e desafios”, aprofunda os desafios enfrentados por uma escola pública de Teresina (PI) na implementação de políticas de educação inclusiva. Os autores apontam a existência de lacunas entre a legislação vigente e sua efetiva aplicação, destacando entraves como falta de recursos, ausência de apoio institucional e resistência cultural à diversidade no ambiente escolar.

Tais achados convergem com outras pesquisas da literatura, como as dissertações de Silva (2021), Cardozo (2021) e Barboza (2019), que enfatizam a relevância de práticas pedagógicas centradas na mediação tecnológica e no brincar como instrumentos de inclusão. Silva (2021) aponta que o uso intencional das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) pode ampliar as possibilidades de participação e aprendizagem das crianças com deficiência, inclusive em contextos adversos como o ensino remoto. Já Barboza (2019) valoriza o brincar e a interação social como práticas fundamentais para a inclusão, mesmo em contextos com barreiras físicas e atitudinais. Enquanto Cardozo (2021) investiga a acessibilidade arquitetônica nas escolas municipais de Pinhais, com foco na efetivação do direito à educação de pessoas com deficiência física, analisando como as barreiras arquitetônicas podem comprometer a inclusão escolar, examinando a conformidade das instituições com as normas de acessibilidade e os desafios enfrentados por estudantes com mobilidade reduzida. Ao articular os aspectos legais, urbanísticos e sociais, Cardozo (2021) propõe uma reflexão crítica sobre a responsabilidade do poder público na garantia de ambientes escolares inclusivos e equitativos, alinhados aos princípios dos direitos humanos e da justiça social. A Tabela 1, apresentada abaixo, busca apresentar de forma sistemática e analítica os dados encontrados:

Tabela 1: sistematização dos dados encontrados

Autores/ Ano	Objetivo do Estudo	Achados Principais	Contribuições para a Inclusão	Desafios Identificados	Perspectivas/ Futuras Ações
Pupo e Bezerra (2018)	Analisar políticas e práticas de inclusão na educação infantil.	Esforços estão sendo feitos, mas persistem dificuldades estruturais e formativas.	Formação de professores insuficiente; espaços físicos inadequados.	Debate sobre implementação real das políticas inclusivas.	Necessidade de ações práticas e investimento na infraestrutura e capacitação docente.
Bossi, Colognese e Piccinini (2022)	Compreender o papel das educadoras no cuidado de bebês com deficiência.	Relações afetivas e escuta sensível são centrais para o bem-estar infantil.	Subvalorização da dimensão relacional no cotidiano escolar.	Destaca a importância do vínculo afetivo e do cuidado coletivo.	Formar educadores para a escuta ativa e relações empáticas.
Dias et al. (2022)	Estudar desafios de uma escola pública na aplicação da política inclusiva.	Distância entre a legislação e a prática cotidiana.	Falta de recursos, apoio institucional e resistência cultural.	Análise crítica da realidade escolar e das falhas na implementação.	Políticas públicas mais eficazes, com suporte concreto às escolas.
Silva (2021)	Investigar o uso de TICs no processo de inclusão.	TICs ampliam possibilidade de aprendizagem, mesmo em contextos adversos.	Desafios na integração das tecnologias em práticas inclusivas.	Valoriza o uso intencional da tecnologia como ferramenta de inclusão.	Promover formação em TIC e ampliar acesso às tecnologias.
Barboza (2019)	Analisar o papel do brincar na inclusão de crianças com deficiência.	Brincar e interação social são fundamentais para a inclusão.	Barreiras físicas e atitudinais ainda dificultam o processo.	Enfatiza a importância do lúdico e da interação no cotidiano escolar.	Garantir ambientes lúdicos acessíveis e atitudes inclusivas.
Cardozo (2021)	Avaliar a acessibilidade e arquitetônica em escolas municipais.	Muitas escolas não seguem normas de acessibilidade.	Barreiras arquitetônicas comprometem a inclusão.	Reflexão crítica sobre a responsabilidade e do poder público.	Ações governamentais efetivas para adequação dos espaços escolares.

Fonte: elaborado pela autora.

Dessa forma, os resultados da presente revisão bibliográfica indicam que, embora exista um arcabouço legal robusto, a efetivação da inclusão ainda depende de ações concretas em diversas frentes. A formação continuada de professores, a adequação dos espaços escolares, o apoio da gestão, o envolvimento das famílias e o fortalecimento do trabalho colaborativo entre diferentes profissionais aparecem como elementos indispensáveis para a construção de ambientes escolares verdadeiramente inclusivos.

Em síntese, a análise dos artigos e das dissertações selecionadas revela tanto avanços quanto fragilidades nas práticas inclusivas voltadas à Educação

Infantil. O reconhecimento da diversidade como valor, o fortalecimento da escuta ativa e o investimento em políticas públicas articuladas são caminhos possíveis para superar os desafios apontados e transformar as diretrizes legais em ações efetivas no cotidiano das instituições escolares. Considerando o exposto, na próxima seção encontram-se as considerações finais referentes à pesquisa desenvolvida.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da realização desta revisão bibliográfica, foi possível alcançar os objetivos propostos e responder às questões norteadoras da pesquisa, oferecendo um panorama amplo e fundamentado sobre a inclusão de crianças com deficiência física na Educação Infantil. Os estudos analisados permitiram identificar desafios recorrentes, refletir sobre a abordagem dos processos inclusivos na literatura recente e compreender as práticas, recursos e percepções dos profissionais envolvidos nesse contexto educacional.

No que se refere ao primeiro objetivo — identificar os desafios vivenciados por crianças com deficiência física nos espaços da Educação Infantil —, observou-se que, apesar das garantias legais, ainda existem inúmeras barreiras que dificultam a participação dessas crianças nas atividades escolares. Entre os principais desafios destacam-se a falta de acessibilidade física e pedagógica, a formação insuficiente dos docentes para lidar com a diversidade, a escassez de recursos adaptados e o preconceito ainda presente em muitos ambientes escolares.

Quanto ao segundo objetivo — investigar como os processos inclusivos têm sido abordados nas publicações do período analisado (2013–2023) —, constatou-se que a literatura acadêmica tem avançado na problematização da inclusão, com uma crescente valorização da escuta das crianças, da atuação colaborativa entre diferentes profissionais e da necessidade de políticas públicas efetivas. Os trabalhos analisados também evidenciam que, embora a legislação e as diretrizes educacionais sejam amplamente citadas, a lacuna entre o discurso normativo e a prática cotidiana ainda persiste.

No que tange ao terceiro objetivo — avaliar os recursos, práticas e observações relatadas por profissionais da educação —, as pesquisas demonstram que estratégias como o uso intencional das Tecnologias da

Informação e Comunicação (TIC), o brincar como ferramenta pedagógica, o cuidado coletivo e o fortalecimento dos vínculos afetivos contribuem significativamente para a inclusão. Além disso, a formação continuada dos professores e o apoio institucional são apontados como fatores cruciais para o sucesso das práticas inclusivas.

Assim, a presente revisão bibliográfica demonstrou a importância de sistematizar e analisar criticamente a produção acadêmica sobre a temática, contribuindo para a compreensão das práticas pedagógicas, políticas públicas e desafios enfrentados. A revisão reforça que a inclusão de crianças com deficiência física na Educação Infantil não se resume à inserção nos espaços escolares, mas exige uma transformação nas concepções pedagógicas, nas relações interpessoais e na organização institucional.

Conclui-se que a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva depende da articulação entre legislação, políticas públicas, formação docente, infraestrutura adequada e, sobretudo, da valorização da diversidade como princípio educativo. A continuidade de estudos e práticas reflexivas sobre o tema é essencial para avançar na efetivação dos direitos das crianças com deficiência e para garantir uma Educação Infantil que seja, de fato, para todos.

REFERÊNCIAS

ALVES, F. F. P. (2018). A inclusão das crianças com deficiência na educação infantil: processo em construção. **Educação**, 41(2), 270–279. <https://doi.org/10.15448/1981-2582.2018.2.26786>. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/faced/article/view/26786>. Acesso em: 25 mai. 2024.

ARAUJO, Denize Arouca; LIMA, Elenice Dias Ribeiro de Paula. Dificuldades enfrentadas pelo cuidador na inclusão escolar de crianças com paralisia cerebral. **Educação em Revista**, [S.L.], v. 27, n. 3, p. 281-303, dez. 2011. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-46982011000300014>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/k64F9RgXdKTSVdQjk5nDM8m/>. Acesso em: 05 jul. 2024.

BARBOZA, A. M. R. O brincar da criança com deficiência física em processo de inclusão na educação infantil. 2019. 315 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019. Disponível em:

<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/items/5540cae2-a5b2-4471-949a-820871d909f0>. Acesso em: 3 mar. 2025.

BOSSI, Tatiele Jacques; COLOGNESE, Sofia Sebben; PICCININI, Cesar Augusto. A Relação Educadora-Bebê com Deficiência e o Cuidado Coletivo na Creche. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, [S.L.], v. 22, n. 1, p. 231-249, 25 abr. 2022. Universidade de Estado do Rio de Janeiro. <http://dx.doi.org/10.12957/epp.2022.66495>. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v22n1/1808-4281-epp-22-01-231.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. *Política Nacional de Educação Especial*. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília, DF: MEC, 2008.

BRUNO, M.M.G. A construção da escola inclusiva: uma análise das políticas públicas e da prática pedagógica no contexto da educação infantil. **revista@mbienteeducação**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 56-67, ago/dez. 2008. Disponível em: <http://www.publicacoes.unicid.edu.br/index.php/ambienteeducacao/article/download/589/554>>. Acesso em: 22 maio 2024.

CARDOZO, Raphael Demóstenes. **Acessibilidade arquitetônica, deficiência física e o direito à educação**: um olhar em escolas municipais de Pinhais. 2021. 180 f. Dissertação (Mestrado Setor de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba. Disponível em: <https://siga.ufpr.br/siga/visitante/trabalhoConclusaoWS?idpessoal=43365&idprograma=40001016001P0&anobase=2021&idtc=1619>. Acesso em: 02 fev. 2025.

DIAS, Claudete Vieira; NETA, Elza Ribeiro dos Santos; PEREIRA, Rosana Sousa; MORAES, Aline Priscila Maciel de; PEREIRA, Ana Lourdes Sousa; LIMA, Yara de Sousa; SILVA, Diego Armando da Silva e; MESQUITA, Maria Joelma Santos. Política de educação inclusiva em uma escola pública de Teresina (PI): dificuldades e desafios. **Caderno Pedagógico**, [S.L.], v. 21, n. 2, 29 fev. 2024. South Florida Publishing LLC. <http://dx.doi.org/10.54033/cadpedv21n2-128>. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/2921>. Acesso em: 12 fev. 2025.

GAUDIOT, Denise; PERNÃO, João; MARTINS, Laura. INCLUSIVIDADE NAS ESCOLAS BRASILEIRAS: poder, legislação e arquitetura. **Centro de Pesquisa em Arquitetura, Planejamento Urbano e Design da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa**, Lisboa, 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/356439336_INCLUSIVIDADE_NAS_ESCOLAS_BRASILEIRAS_PODER_LEGISLACAO_E_ARQUITETURA. Acesso em: 16 jun. 2024.

KEPINSKI, Igor Vinicius; EL TASSA, Khaled Omar Mohamad; CRUZ, Gilmar de Carvalho. Plano educacional individualizado: uma proposta de intervenção. **Revista da SOBAMA**, Marília, v. 16, n. 1, p. 23-32, 2015. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/sobama/article/view/4968>. Acesso em: 23 ago. 2024.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. Reflexões sobre inclusão com responsabilidade. **Revista @mbienteeducação**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 165-168, ago./dez. 2008. Disponível em: https://arquivos.cruzeirodosuleducacional.edu.br/principal/old/revista_educacao/pdf/volume_2/rev_n%C2%BA2_13_mazzotta.pdf. Acesso em: 08 set. 2024.

MENDES, E. G. Breve histórico da educação especial no Brasil. **Revista Educación y Pedagogía**, v. 22, n. 57, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722006000200010&lng=p t&nrm=iso. Acesso em : 22 maio 2024.

MENNA, Francine Alessandra Gracia; CORRÊA JÚNIOR, Valdecy. OS PARADIGMAS DE UMA EDUCAÇÃO PARA TODOS. **Minerva Magazine Of Science**, [S.L.], p. 1-12, 25 out. 2018. Minerva Science Magazine. <http://dx.doi.org/10.31070/rm2018fagm01>. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/355578255_OS_PARADIGMAS_DE_UMA_EDUCACAO_PARA_TODOS. Acesso em: 30 set. 2024.

MONTEIRO, Líbia Gomes; OLIVEIRA, Sônia Maria Queiroz de; RODRIGUES, Suely Maria; DIAS, Carlos Alberto. Responsabilidade social empresarial: inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v.17, n.3, p.459-480, Set.-Dez., 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/ZRVscnGLkP5P7nwRJ7gJGdC/?format=pdf>. Acesso em: 7 out. 2024.

PRAIA, J. F; CACHAPUZ, A. F. C; PÉREZ, D. G. Problema, teoria e observação em ciência: para uma reorientação epistemológica da educação em ciência; **Ciência& Educação**. v.8, nº1, p.127 – 145, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/cDFsLGkxHzRKqYXqXg7C7LM/#>. Acesso em:

28 de jun. de 2024.

PUPO, Larissa de Oliveira; BEZERRA, Giovani Ferreira. Inclusão de Crianças com Necessidades Educacionais Especiais: a Educação Infantil em foco.

Revista Teias v. 19 • n. 53 • Abr./Jun. 2018. Disponível em: <https://www-periodicos-capes-gov-br.ez1.periodicos>. Acesso em: 12 nov. 2024.

RAHME, M.; MRECH, L. M. Nomeação da diferença e inserção escolar: apontamentos para um debate sobre educação inclusiva e formação docente.

Paidéia, Belo Horizonte. v. 5, n. 5, p. 23-45 jun./dez. 2008. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/277056476_NOMEACAO_DA_DIFERENCA_E_INSERTAO_ESCOLAR_APONTAMENTOS_PARA_UM_DEBATE_SOBRE_EDUCACAO_INCLUSIVA_E_FORMACAO_DOCENTE. Acesso em: 15 jun. 2024.

RAHME, Mônica Maria Farid; MRECH, Leny Magalhães. Os efeitos da inserção escolar para alunos pouco convencionais. **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 25, n. 57, p. 114-137, abr. 2014. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-68312014000100006&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 16 mai. 2024.

SILVA, Elizabete Maria de Souza. O uso das TIC e a inclusão escolar da criança com deficiência física, egressa da Educação Precoce, na Educação Infantil do sistema Público de ensino do Distrito Federal. 2021. 222 f., il. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade de Brasília, Brasília, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/42975>. Acesso em: 05 jan. 2025.

APÊNDICES

APÊNDICE A: L'INCLUSION DES ENFANTS SOUFFRANT DE HANDICAPS PHYSIQUES DANS L'ÉDUCATION DE LA PETITE ENFANCE: UNE REVUE DE LA LITTÉRATURE

Résumé

Cet article présente une revue de la littérature sur l'inclusion des enfants handicapés physiques dans l'éducation de la petite enfance, dans le but d'identifier les principaux défis, les pratiques pédagogiques, les politiques publiques et les contributions théoriques liées à ce sujet. La recherche s'est basée sur les publications disponibles sur le Portal de Periódicos da CAPES et la Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), sur une période allant de 2013 à 2023. L'analyse des études sélectionnées a révélé l'existence d'obstacles physiques, pédagogiques et comportementaux qui rendent encore l'inclusion difficile à réaliser, malgré le cadre juridique actuel. Il existe également des stratégies efficaces, telles que l'utilisation des technologies de l'information et de la communication (TIC), le jeu inclusif et le renforcement du lien émotionnel dans l'environnement scolaire. La conclusion est que pour garantir une inclusion efficace, il est nécessaire d'investir dans la formation des enseignants, d'adapter les espaces scolaires et de renforcer les pratiques de collaboration et les politiques éducatives engagées en faveur de la diversité et de l'équité.

Mots-clés: éducation de la petite enfance; inclusion; handicap physique; accessibilité; pratiques pédagogiques.

1. INTRODUCTION

L'inclusion des enfants handicapés physiques dans l'éducation de la petite enfance est un sujet très pertinent dans le domaine de l'éducation, comme le démontrent les recherches d'auteurs tels que Alves (2018), Bruno (2018), Mendes (2010), entre autres. Les politiques publiques et les avancées législatives ont cherché à garantir que tous les enfants aient accès à une éducation de qualité, indépendamment de leur condition physique. Cependant, la mise en œuvre de ces politiques se heurte encore à un certain nombre de défis pratiques dans les écoles.

L'éducation de la petite enfance est la première étape de l'éducation de base, couvrant les enfants de zéro à cinq ans. C'est à ce stade que de nombreux enfants ont leur premier contact avec l'environnement scolaire, qui doit non seulement les éduquer mais aussi s'occuper d'eux, en complément du rôle de la

famille. Structurée dans des locaux tels que les crèches et les classes de maternelle, cette étape devrait être accessible à tous les enfants dès leurs premières années à l'école.

Kempinski et al. (2015) soulignent que l'existence de lois ne suffit pas à garantir l'inclusion scolaire. Des propositions concrètes, une planification adéquate, une formation professionnelle spécifique et une révision constante des pratiques pédagogiques sont nécessaires. En ce sens, il est important de réaliser une étude bibliographique pour recenser ce qui a été publié sur l'inclusion des enfants handicapés physiques dans l'éducation de la petite enfance, en identifiant les pratiques, les politiques, les défis et les contributions dans ce domaine. L'objectif est de construire une vision globale et fondée qui puisse soutenir le travail des professionnels de l'éducation et encourager de nouvelles études.

Cette recherche se justifie avant tout par la nécessité de systématiser les connaissances existantes sur l'intégration des enfants handicapés physiques dans l'éducation de la petite enfance, afin de faciliter l'accès aux publications, d'identifier les pratiques efficaces, de soutenir la formation des enseignants et de mettre en évidence les lacunes qui nécessitent encore des études théoriques et empiriques plus approfondies. L'objectif est de contribuer à l'amélioration de la qualité de l'inclusion éducative.

Dans ce contexte, l'objectif général de cette étude est de localiser, par le biais d'une revue de la littérature, les publications qui traitent de l'inclusion des enfants ayant un handicap physique dans l'éducation de la petite enfance, en utilisant le portail des revues du CAPES et la Bibliothèque numérique des thèses et mémoires (BDTD) comme sources, avec un horizon temporel compris entre 2013 et 2023. Plus précisément, l'objectif est: a) d'identifier les défis rencontrés par ces enfants dans les espaces d'éducation de la petite enfance ; b) d'étudier comment les processus inclusifs ont été abordés dans les publications de la période; et c) d'évaluer les ressources, les pratiques et les observations rapportées par les professionnels de l'éducation sur ce sujet.

Cette revue de littérature est guidée par les questions suivantes : Quelle est l'importance de réaliser une revue bibliographique sur l'inclusion des enfants handicapés physiques dans l'éducation de la petite enfance et comment cette revue peut-elle contribuer à la compréhension des pratiques pédagogiques, des

politiques publiques et des défis rencontrés ? Quels sont les principaux défis et obstacles rencontrés dans la pratique et comment ont-ils été traités dans les études ? Enfin, quelles stratégies et pratiques pédagogiques ont été jugées efficaces pour promouvoir l'intégration de ces enfants dans les écoles ordinaires ?

Pour atteindre ces objectifs, ce travail est organisé en cinq sections principales. Après cette introduction, est présenté un chapitre intitulé "Éducation inclusive et formation des enseignants : défis et possibilités dans la construction d'une école pour tous", qui aborde les principaux concepts et approches liés au handicap physique, à l'éducation inclusive et au rôle de l'école et des professionnels de l'éducation dans ce processus. Ensuite, la section méthodologie décrit les procédures adoptées pour la réalisation de la revue bibliographique, détaillant les critères de sélection et d'analyse des sources. La quatrième section comprend l'analyse et la discussion des résultats, intitulée "Analyse des études et résultats : avancées, défis et perspectives pour l'inclusion des enfants handicapés physiques dans l'éducation de la petite enfance", où sont présentées les principales découvertes des études sélectionnées et leurs implications pour la pratique éducative. Enfin, dans les considérations finales, les objectifs proposés sont repris, soulignant les contributions de l'étude et indiquant des pistes possibles pour de futures recherches et des avancées dans le domaine de l'inclusion des enfants handicapés physiques dans l'éducation de la petite enfance.

2. ÉDUCATION INCLUSIVE ET FORMATION DES ENSEIGNANTS: DÉFIS ET POSSIBILITÉS DANS LA CONSTRUCTION D'UNE ÉCOLE POUR TOUS

L'intégration des élèves en situation de handicap dans l'environnement scolaire est l'une des principales préoccupations de l'éducation contemporaine, exigeant de profondes réflexions sur l'accessibilité, la formation des enseignants et le respect de la diversité. Francine Alessandra Gracia Menna et Valdecy Corrêa Júnior (2018) soulignent que l'éducation pour tous ne se limite pas à l'accès physique à la salle de classe, mais implique la reconnaissance de l'autre, la valorisation des différences et la promotion d'environnements véritablement accueillants. Dans ce contexte, il devient essentiel de considérer les diverses formes de pouvoir qui imprègnent l'école, ainsi que les défis

rencontrés par les enseignants dans la construction de pratiques pédagogiques inclusives.

Francine Alessandra Gracia Menna et Valdecy Corrêa Júnior (2018), dans leur article, réfléchissent sur le thème de l'éducation pour tous, en abordant à la fois le contexte éducatif et les défis rencontrés dans la formation des enseignants face à la diversité en classe. L'ouvrage commence par une brève introduction au concept d'éducation scolaire, en insérant le lecteur dans le programme éducatif qui couvre les débats, les styles et les rythmes d'apprentissage. Ainsi, les concepts d'éducation pour tous, de recherche de la reconnaissance de l'autre, de dialogue entre les différents groupes sociaux et culturels. Enfin, l'article aborde la perspective de l'éducation inclusive, la valorisation des professionnels de l'éducation et le respect de la diversité humaine.

Le simple accès à la salle de classe suffit-il à garantir l'inclusion? Il est nécessaire d'analyser les différentes formes de pouvoir présentes dans l'environnement scolaire. Ces environnements doivent prendre en compte les aspects physiques, mentaux et émotionnels de l'assimilation des connaissances par les élèves, en considérant à la fois l'enseignant et l'environnement physique. Pour les auteurs Gaudiot, Martins et Pernão (2021), la dynamique de l'environnement scolaire peut intensifier les défis de l'inclusion éducative.

Selon Monteiro, Oliveira, Rodrigues et Dias (2011), le handicap physique ne doit pas être confondu avec les déformations esthétiques, qui ne font qu'altérer la forme mais n'affectent pas la fonctionnalité des personnes handicapées. Le corps peut subir diverses modifications, depuis celles perçues dès la naissance jusqu'à celles acquises tout au long de la vie. Les besoins découlant de ces handicaps varient et nécessitent différents types de ressources et d'adaptations, dont beaucoup dépendent de l'adéquation de l'environnement.

Selon Araujo et Lima (2011), les étudiants souffrant de handicaps physiques sont confrontés à de nombreux obstacles dans leur vie. Il est donc d'autant plus important que les écoles se préoccupent de l'accessibilité. Par exemple, un élève en fauteuil roulant doit pouvoir accéder à l'école de manière adéquate. Après tout, pour que les élèves s'intéressent au contenu et cherchent

à acquérir des connaissances, ils doivent se sentir accueillis et respectés. Cela est possible lorsque l'établissement d'enseignement se soucie de l'inclusion.

L'application de pratiques pédagogiques qui favorisent le développement des aptitudes, la socialisation et le renforcement des compétences socio-émotionnelles contribue directement à l'inclusion des élèves ayant un handicap physique, conformément à la législation en vigueur. En outre, l'établissement d'enseignement est responsable de répondre aux besoins spécifiques des étudiants et de les inclure activement dans la société. L'école a pour responsabilité fondamentale de promouvoir le respect mutuel entre les élèves, en favorisant la compréhension que tous sont différents et ont des besoins spécifiques qui doivent être reconnus et respectés. Elle doit également collaborer à l'offre d'une formation de qualité, préparant les élèves à la vie adulte et à l'exercice de leur citoyenneté en tant qu'agents de transformation sociale. Il est également essentiel que l'institution assure le bien-être physique et mental des apprenants et valorise la diversité sous toutes ses formes, contribuant ainsi à la construction d'une société plus juste et inclusive.

Les auteurs Mônica Rahme et Leny Mrech (2014) abordent des points importants concernant les différences entre l'éducation et la formation des enseignants pour les étudiants handicapés. Depuis le siècle dernier, le processus d'éducation scolaire a commencé à inclure les personnes handicapées qui ont des besoins éducatifs spécifiques, tels que la malvoyance, la malentendance, les handicaps physiques et mentaux, la cécité, la surdité, les capacités élevées ou des conditions psychologiques, neurologiques ou psychiatriques spécifiques. Il est important de reconnaître les contributions historiques de personnalités telles que Jean-Paul Benet (XVIIe siècle) et l'abbé L'Eppe (XVIIIe siècle) dans l'éducation des sourds ; Valentin Haüy (XVIIIe siècle) et Louis Braille (XIXe siècle) dans l'éducation des aveugles ; et Jean Marc Itard, Edward Seguin et Johann Jakob Guggenbühl (XIXe siècle) dans l'éducation des personnes présentant des déficiences intellectuelles.

Mazzotta (1996) souligne que les premières propositions de scolarisation des personnes handicapées sont apparues en Europe et ont ensuite été mises en œuvre aux États-Unis et au Canada. Au Brésil, le processus a commencé en 1854, à Rio de Janeiro, avec l'Institut impérial pour les sourds-muets (aujourd'hui Institut national pour l'éducation des sourds - INES). À la fin du XIXe

siècle et au début du XXe siècle, avec l'apparition de la loi sur l'école obligatoire, l'objectif est devenu d'éduquer l'ensemble de la population.

Selon Rahme et Mrech (2008), la formation des enseignants est confrontée à des défis à la fois au début et tout au long de leur carrière, en particulier dans le contexte de l'inclusion des élèves ayant des besoins éducatifs particuliers. Après avoir acquis une expérience professionnelle, les enseignants doivent chercher à se perfectionner. Dans le contexte de l'inclusion scolaire, les enseignants jouent un rôle fondamental dans la construction des connaissances qui guident la mise en œuvre quotidienne de cette proposition - l'inclusion des élèves handicapés (Rahme ; Mrech, 2008). La méthodologie développée au cours de la recherche est présentée ci-dessous.

3. MÉTHODOLOGIE

Pour réaliser ce travail, une étude bibliographique qualitative a été menée, basée sur une enquête de publications sur l'inclusion des enfants handicapés physiques dans l'éducation de la petite enfance. Après avoir systématisé les données, des publications spécifiques ont été lues, déterminées après filtrage des données. Selon Praia, Cachapuz et Pérez (2002), la recherche bibliographique est effectuée sur la base de publications, de matériaux déjà publiés, déjà construits, et peut inclure des articles scientifiques, des thèses, des dissertations, entre autres, des thèses, des mémoires, entre autres.

Les bases de données utilisées sont le portail de périodiques Capes et la Bibliothèque nationale des thèses et mémoires (BDTD), avec une période allant de 2013 à 2023.

Tout d'abord, les recherches ont été effectuées en combinant les mots-clés suivants: inclusion éducative; handicap physique; éducation de la petite enfance. Une fois les résultats répertoriés, les critères d'inclusion et d'exclusion ont été appliqués. Les recherches traitant spécifiquement de l'intégration des enfants handicapés physiques dans l'éducation préscolaire ont été incluses, identifiées par la lecture des titres, des résumés et des mots-clés, et les recherches en dehors de la période déterminée et sans rapport avec le thème spécifique de la proposition ont été exclues. Enfin, les données ont été

analysées en lisant les documents, en rédigeant des résumés et des notes et en discutant du contenu trouvé. Vous trouverez ci-dessous une présentation des résultats avec analyse et discussion.

4. ANALYSE DES ÉTUDES ET DES RÉSULTATS: AVANCÉES, DÉFIS ET PERSPECTIVES POUR L'INCLUSION DES ENFANTS EN SITUATION DE HANDICAP PHYSIQUE DANS L'ÉDUCATION DE LA PETITE ENFANCE

L'analyse des études sélectionnées montre la complexité de l'intégration des enfants souffrant de handicaps physiques dans l'éducation de la petite enfance, révélant des défis allant des questions structurelles et de formation aux aspects pédagogiques et institutionnels. Les six publications analysées offrent des contributions pertinentes et complémentaires qui enrichissent le débat sur les pratiques inclusives dans le contexte de l'enfance.

La première étude, intitulée « Inclusion of Children with Special Educational Needs: early childhood education in focus », de Pupo et Bezerra (2018), traite de l'inclusion des enfants ayant des besoins éducatifs spécifiques, en se concentrant sur les politiques et les pratiques mises en œuvre dans l'éducation de la petite enfance. L'article montre que, malgré les efforts déployés pour promouvoir l'inclusion, il existe encore des obstacles importants liés à la formation des enseignants et à l'adaptation des espaces physiques.

Le second article, rédigé par Bossi, Colognese et Piccinini (2022) et intitulé « The Educator-Baby with Disabilities Relationship and Collective Care in Daycare », approfondit la relation entre les éducateurs et les bébés handicapés, en soulignant le rôle des soins collectifs dans les environnements de garderie. Les auteurs soutiennent que le lien affectif et l'écoute sensible de la part des éducateurs sont fondamentaux pour le développement et le bien-être des enfants handicapés, soulignant la nécessité de valoriser la dimension relationnelle dans la vie scolaire quotidienne.

Enfin, l'article de Dias et al. (2022), "Politique d'éducation inclusive dans une école publique de Teresina (PI) : difficultés et défis", examine les difficultés rencontrées par une école publique de Teresina (PI) dans la mise en œuvre de politiques d'éducation inclusive. Les auteurs soulignent l'existence de lacunes entre la législation actuelle et son application effective, en mettant en évidence

des obstacles tels que le manque de ressources, le manque de soutien institutionnel et la résistance culturelle à la diversité dans l'environnement scolaire.

Ces résultats convergent avec d'autres études de la littérature, telles que les thèses de Silva (2021), Cardozo (2021) et Barboza (2019), qui soulignent la pertinence des pratiques pédagogiques centrées sur la médiation technologique et le jeu en tant qu'outils d'inclusion. Silva (2021) souligne que l'utilisation intentionnelle des technologies de l'information et de la communication (TIC) peut élargir les possibilités de participation et d'apprentissage des enfants handicapés, même dans des contextes défavorables tels que l'enseignement à distance. Barboza (2019) estime que le jeu et l'interaction sociale sont des pratiques fondamentales pour l'inclusion, même dans des contextes caractérisés par des barrières physiques et comportementales. Cardozo (2021) étudie l'accessibilité architecturale dans les écoles municipales de Pinhais, en s'attachant à faire du droit à l'éducation une réalité pour les personnes handicapées, en analysant la manière dont les barrières architecturales peuvent compromettre l'inclusion scolaire, en examinant la conformité des institutions avec les normes d'accessibilité et les défis auxquels sont confrontés les étudiants à mobilité réduite. En articulant les aspects juridiques, urbanistiques et sociaux, Cardozo (2021) propose une réflexion critique sur la responsabilité des autorités publiques dans la garantie d'environnements scolaires inclusifs et équitables, en accord avec les principes des droits de l'homme et de la justice sociale. Le tableau 1, présenté ci-dessous, vise à présenter de manière systématique et analytique les données trouvées:

Tableau 1: Systématisation des données trouvées.

Auteurs/ Année	Objectif de l'étude	Principaux résultats	Contributions à l'inclusion	Défis identifiés	Perspectives/ Actions futures
Pupo et Bezerra (2018)	Analyser les politiques et pratiques d'inclusion dans l'éducation de la petite enfance.	Des efforts sont faits, mais des difficultés structurelles et de formation persistent.	Formation insuffisante des enseignants; espaces physiques inadéquats.	Débat sur la mise en œuvre réelle des politiques inclusives.	Nécessité d'actions concrètes et d'investissements dans les infrastructures et la formation des enseignants.
Bossi, Colognese et Piccinini	Comprendre le rôle des éducateurs	Les relations affectives et l'écoute	Sous-évaluation de la dimension relationnelle dans	Il souligne l'importance des liens	Former les éducateurs à l'écoute active et

(2022)	dans la prise en charge des bébés handicapés.	sensible sont essentielles au bien-être de l'enfant.	la vie scolaire quotidienne.	affectifs et de l'attention collective.	aux relations empathiques.
Dias et al. (2022)	Étudiez les défis d'une école publique dans la mise en œuvre d'une politique inclusive.	Distance entre la législation et la pratique quotidienne.	Manque de ressources, de soutien institutionnel et de résistance culturelle.	Analyse critique de la réalité scolaire et des échecs de mise en œuvre.	Des politiques publiques plus efficaces, avec un soutien concret aux écoles.
Silva (2021)	Enquêter sur l'utilisation des TIC dans le processus d'inclusion.	Les TIC élargissent les possibilités d'apprentissage, même dans des contextes défavorables.	Les défis de l'intégration des technologies dans les pratiques inclusives.	Valorise l'utilisation intentionnelle de la technologie comme outil d'inclusion.	Promouvoir la formation aux TIC et élargir l'accès aux technologies.
Barboza (2019)	Analyser le rôle du jeu dans l'inclusion des enfants en situation de handicap.	Le jeu et l'interaction sociale sont fondamentaux pour l'inclusion.	Des barrières physiques et comportementales entravent encore le processus.	Souligne l'importance du jeu et de l'interaction dans la vie scolaire quotidienne.	Assurer des environnements de jeu accessibles et des attitudes inclusives.
Cardozo (2021)	Évaluer l'accessibilité architecturale dans les écoles municipales.	De nombreuses écoles ne respectent pas les normes d'accessibilité.	Les barrières architecturales compromettent l'inclusion.	Réflexion critique sur la responsabilité des pouvoirs publics.	Des actions gouvernementales efficaces pour adapter les espaces scolaires.

Source: Élaboré par l'auteure.

Ainsi, les résultats de cette analyse documentaire indiquent que, malgré l'existence d'un cadre juridique solide, la réalisation de l'inclusion dépend toujours d'actions concrètes sur plusieurs fronts. La formation continue des enseignants, l'adaptation des espaces scolaires, le soutien à la gestion, l'implication des familles et le renforcement de la collaboration entre les différents professionnels semblent être des éléments indispensables à la création d'environnements scolaires véritablement inclusifs.

En résumé, l'analyse des articles et des mémoires sélectionnés révèle à la fois des avancées et des faiblesses dans les pratiques inclusives en matière d'éducation de la petite enfance. Reconnaître la diversité comme une valeur, renforcer l'écoute active et investir dans des politiques publiques coordonnées sont autant de moyens possibles de surmonter les défis signalés et de transformer les lignes directrices juridiques en actions efficaces dans la vie quotidienne des établissements scolaires. Compte tenu de ce qui précède, la section suivante contient les considérations finales concernant la recherche

effectuée.

5. CONSIDÉRATIONS FINALES

La réalisation de cette revue de littérature a permis d'atteindre les objectifs proposés et de répondre aux questions directrices de la recherche, en fournissant une vue d'ensemble large et fondée de l'inclusion des enfants ayant un handicap physique dans l'éducation de la petite enfance. Les études analysées ont permis d'identifier les défis récurrents, de réfléchir à l'approche des processus inclusifs dans la littérature récente et de comprendre les pratiques, les ressources et les perceptions des professionnels impliqués dans ce contexte éducatif.

En ce qui concerne le premier objectif - identifier les défis rencontrés par les enfants ayant un handicap physique dans les espaces d'éducation de la petite enfance - il a été observé que, malgré les garanties légales, il existe encore de nombreuses barrières qui rendent difficile la participation de ces enfants aux activités scolaires. Les principaux défis sont le manque d'accessibilité physique et pédagogique, la formation insuffisante des enseignants à la diversité, la pénurie de ressources adaptées et les préjugés encore présents dans de nombreux environnements scolaires.

En ce qui concerne le deuxième objectif - étudier la manière dont les processus d'inclusion ont été abordés dans les publications de la période analysée (2013-2023) - il a été constaté que la littérature académique a progressé dans la problématisation de l'inclusion, avec une appréciation croissante de l'écoute des enfants, de l'action collaborative entre les différents professionnels et de la nécessité de politiques publiques efficaces. Les documents analysés montrent également que, bien que la législation et les lignes directrices en matière d'éducation soient largement citées, l'écart entre le discours normatif et la pratique quotidienne persiste.

En ce qui concerne le troisième objectif - évaluer les ressources, les pratiques et les observations rapportées par les professionnels de l'éducation - la recherche montre que des stratégies telles que l'utilisation intentionnelle des technologies de l'information et de la communication (TIC), le jeu en tant qu'outil pédagogique, la prise en charge collective et le renforcement des liens affectifs

contribuent de manière significative à l'inclusion. En outre, la formation continue des enseignants et le soutien institutionnel sont considérés comme des facteurs cruciaux pour la réussite des pratiques inclusives.

Cette revue de la littérature a donc démontré l'importance de systématiser et d'analyser de manière critique la production académique sur le sujet, contribuant ainsi à la compréhension des pratiques pédagogiques, des politiques publiques et des défis à relever. La revue renforce le fait que l'inclusion des enfants handicapés physiques dans l'éducation de la petite enfance ne se limite pas à leur inclusion dans les espaces scolaires, mais nécessite une transformation des concepts pédagogiques, des relations interpersonnelles et de l'organisation institutionnelle.

La conclusion est que la construction d'une éducation véritablement inclusive dépend de l'articulation entre la législation, les politiques publiques, la formation des enseignants, des infrastructures adéquates et, surtout, la valorisation de la diversité en tant que principe éducatif. La poursuite de l'étude et de la pratique réflexive sur le sujet est essentielle pour progresser dans la réalisation des droits des enfants handicapés et garantir une éducation de la petite enfance qui soit vraiment pour tous.